

Terca-Feira, 11 de Novembro de 2025

Wilson Santos propõe audiência pública em 2026 para debater uso de câmeras nas fardas da Polícia Militar

Segurança Pública

Redação com assessoria

Durante reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), nesta terça-feira (11), o deputado estadual Wilson Santos (PSD) defendeu novamente o uso de câmeras corporais nas fardas dos policiais militares e sugeriu a realização de uma audiência pública no primeiro semestre de 2026 para debater o tema.

O parlamentar destacou que o objetivo é reunir representantes das forças de segurança de Mato Grosso, além de membros da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar de São Paulo, onde a tecnologia já é utilizada.

"Será muito importante debatermos o tema e contarmos com a participação de quem já tem experiência prática. As câmeras corporais aumentam a transparência e a segurança nas ações policiais", afirmou Wilson Santos.

O presidente da comissão, deputado Elizeu Nascimento (PL), manifestou apoio à proposta e deixou a definição da data a cargo de Wilson, reconhecendo sua dedicação à pauta. Chico Guarnieri (PRD) também apoiou a iniciativa e sugeriu que o encontro ocorra já nos primeiros meses de 2026.

Wilson lembrou que o Projeto de Lei nº 213/2023, de sua autoria, que previa a obrigatoriedade das câmeras em Mato Grosso, foi retirado de pauta em março deste ano para ampliar o diálogo com as corporações e especialistas.

Segundo o deputado, experiências em outros estados e países mostram resultados "extraordinariamente positivos". Ele citou o exemplo de São Paulo, onde o uso das câmeras reduziu em mais de 60% os confrontos com mortes entre policiais e civis.

"As câmeras são aliadas dos policiais. Quem segue os protocolos não tem o que temer. Elas representam um gesto de civilização e uma ferramenta para proteger vidas", afirmou.

Com a previsão da audiência pública para 2026, Wilson Santos reforça sua defesa por uma segurança pública mais moderna, transparente e humanizada, baseada na tecnologia e no respeito à vida — princípios que defende desde que apresentou a proposta pela primeira vez, em 2021.